

# **BIBLIOTECA PÚBLICA E LEITURA ACESSÍVEL: O SETOR DE LEITURA ACESSÍVEL DA BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DO CEARÁ COMO ESPAÇO DE CIDADANIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

## **PUBLIC LIBRARY AND ACCESSIBLE READING: THE ACCESSIBLE READING SECTOR OF THE STATE PUBLIC LIBRARY OF CEARÁ AS A SPACE FOR CITIZENSHIP FOR PEOPLE WITH VISUAL IMPAIRMENTS**

Laís Parente da Costa\*  
Prof. Dr. Luiz Tadeu Feitosa\*\*

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo discorrer sobre a importância da biblioteca para pessoas com deficiência visual e como esse espaço de conhecimento interfere no exercício da cidadania, a partir do estudo de caso do Setor de Leitura Acessível da Biblioteca Pública Estadual do Ceará, responsável pelo maior acervo braile do Estado do Ceará. Por intermédio da leitura de autores propostos ao longo do curso de Biblioteconomia, bem como de bibliografias que fomentam o estudo da temática e pelo diálogo com o responsável pelo Setor, intenta-se refletir sobre o direito ao conhecimento e a inclusão social. Ao longo do texto, observa-se que a forma como a biblioteca é estruturada, em termos físicos e de funcionamento, interfere diretamente na percepção do usuário sobre o acesso à informação, o exercício da cidadania e a proximidade ou afastamento dele com a biblioteca. Atenta-se, por fim, para a necessidade do fortalecimento dos meios e dos mecanismos de inclusão social.

**Palavras-chave:** Biblioteca; Pessoa com deficiência visual; Cidadania.

### **ABSTRACT**

This article aims to discuss the importance of libraries for people with visual impairments and how this space of knowledge interferes in the exercise of citizenship, based on the case study of the Accessible Reading Sector of the Ceará State Public Library, responsible for the largest Braille collection in the State of Ceará. Through the reading of authors proposed throughout the Library Science course, as well as bibliographies that encourage the study of the subject and through dialogue with the person responsible for the Sector, the aim is to reflect on the right to knowledge and social inclusion. Throughout the text, it is observed that the way the library is structured, in physical and operational terms, directly interferes in the user's perception of access to information, the exercise of citizenship and their proximity or distance from the library. Finally, attention is drawn to the need to strengthen the means and mechanisms of social inclusion.

**Keywords:** Library; Visually impaired person; Citizenship.

---

\* Graduanda do curso de Biblioteconomia na Universidade Federal do Ceará.

\*\* Pós-Doutor em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade do Minho, Portugal. Professor titular da Universidade Federal do Ceará no curso de Biblioteconomia, departamento de Ciências da Informação.

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade da informação é marcada pela circulação constante de novos dados que, ao serem interpretados pelos usuários, são transformados em informações para serem usadas de acordo com a necessidade informacional deles. Destaca-se, assim, que as aprendizagens culturais e sociais que o indivíduo adquiriu ao longo da vida interferem nessa transformação, produzindo conhecimentos que se renovam, se fortalecem, se refazem.

Nesse sentido, é possível ressaltar o papel da biblioteca como espaço de aprendizado e troca de conhecimento, em que o bibliotecário, como mediador e agente social de mudança, cria um ambiente favorável para que os usuários possam ter uma troca de reflexões. A biblioteca apresenta, portanto, papel importante nas teias de relações sociais e culturais e nas entrelinhas dos discursos que permeiam o viver em sociedade. Ela reúne um acervo que capacita os usuários a tomarem suas próprias decisões a partir de reflexões concebidas por seus próprios esforços, sejam eles individuais ou surgidos em meio a discussões em grupos.

Esse acesso à informação é imprescindível para a construção do ser, uma vez que, como indica Targino (1991, p. 155),

A informação é, portanto, direito de todos. É um bem comum, que pode e deve atuar como fator de integração, democratização, igualdade, cidadania, libertação, dignidade pessoal. Não há exercício da cidadania sem informação. Isto porque, até para cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais, o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los e isto é informação.

Sob essa ótica da relação entre a informação e a construção do ser, indaga-se: quando a Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE) opta por incluir em seu acervo livros acessíveis para pessoa com deficiência visual sobre história do Ceará e educação financeira, o que está sendo comunicado para a sociedade?

De acordo com Malheiros (2018), a biblioteca é um espaço fundamental para que pessoas com deficiência visual (PcD) tenham acesso a conhecimentos produzidos sobre os mais diversos conteúdos e, dessa forma, tenham a oportunidade de escolher o tema que desejam aprofundar. Sob essa perspectiva, ao conceder o poder de escolha reforça-se o exercício da cidadania na sociedade, posto que é o próprio cidadão que tem o direito de formular sua opinião sobre políticas públicas e suas implicações e o dever de cumprir os ditames legais e zelar pelo bem público exercendo a fiscalização das atividades do Governo.

Destaca-se, então, que a independência e a autonomia são características importantes e intrínsecas à vida de todos os indivíduos. Inserir os sujeitos em uma realidade que contemple esses aspectos é assinalar o compromisso com a democratização da informação, conferindo a

eles o protagonismo de suas próprias vidas. Desse modo, uma biblioteca que contém seu acervo adaptado para um usuário PcD precisa, além de sanar as suas necessidades informacionais, conceder-lhes espaço físico e profissionais aptos a auxiliá-los, se necessário. Em relação ao usuário PcD o equilíbrio se faz ainda mais imprescindível, pois, como menciona Oliveira (2016), o bibliotecário precisa atentar para a linha tênue existente entre o auxílio a informação e a interferência/manipulação da informação enquanto o auxílio acontece.

Torna-se oportuno salientar, no entanto, a existência de barreiras na sociedade que limitam e, por vezes, impedem o exercício de atividades cotidianas de pessoas com deficiência visual. Este trabalho, como um estudo de caso acerca do Setor de Leitura Acessível da BECE, objetiva ressaltar a importância da biblioteca para pessoas com deficiência visual e como esse espaço de conhecimento e aprendizado interfere no exercício da cidadania. Ao longo deste artigo, discorrer-se-á sobre a estrutura física da BECE, a forma como ela se organiza e elabora suas interações com os usuários PcD, apreendendo-se, assim, o indicativo de qual mensagem ela deseja informar ao seu público e à sociedade acerca da inclusão social a partir da percepção da biblioteca como espaço de cidadania.

A escolha do tema se deu após a realização da disciplina de Estágio Supervisionado realizado na BECE. Devido ao aprendizado adquirido por meio do contato com a Biblioteca e suas atividades, assim como os ensinamentos passados pelos profissionais e experiências do cotidiano, prologuei meu período na Biblioteca ao participar do inventário realizado em 2024 e que me permitiu ter um contato mais aprofundado com o acervo da BECE. Por gostar da experiência e buscar novos meios para realizar a educação continuada, cumpri um trabalho voluntário para o setor técnico.

Todas essas passagens pela BECE me permitiram entender mais acerca do funcionamento da Biblioteca e como ela reafirma sua função como agente social para a comunidade em que ela está inserida.

## **2 A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO AO EXERCÍCIO À CIDADANIA E A BIBLIOTECA PÚBLICA**

De acordo com Valera (2007), o Estado tem papel central no reconhecimento do indivíduo como cidadão, a partir da efetivação de políticas públicas que garantem o acesso a direitos básicos, como educação, moradia e saúde. Exemplo de ação que o Estado pode ter para a criação de políticas públicas no âmbito da educação é a realização de um censo para verificar qual a porcentagem da população tem dificuldade no domínio funcional de enxergar e, dessa forma, determinar qual é o melhor plano de ação para ampliar e fortalecer o acesso a políticas

públicas.

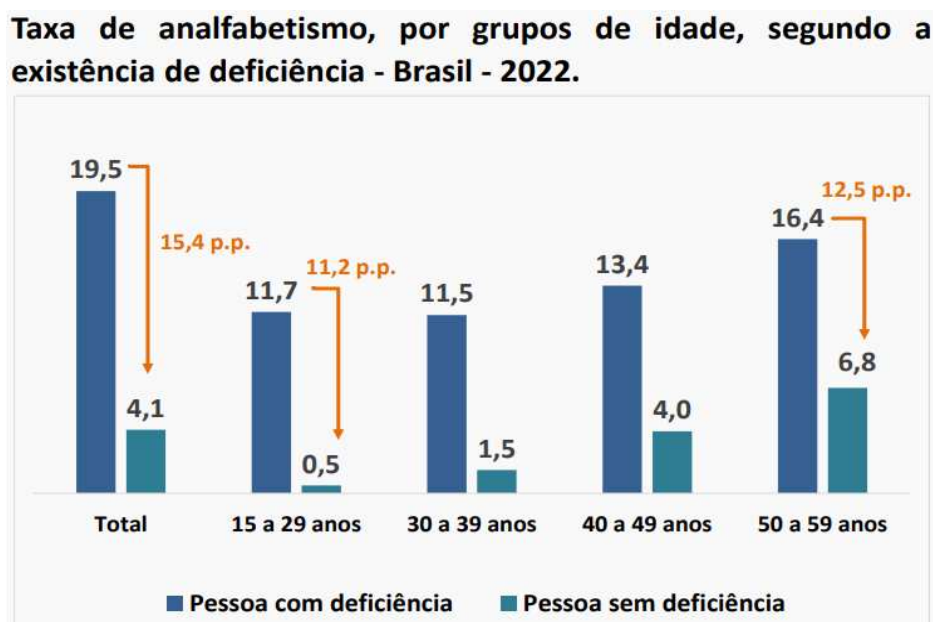
Por intermédio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, DPE/Grupo de Trabalho de Deficiência, empreendida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado em 07 de julho de 2023, encontra-se o dado de que 18,6 milhões de pessoas (8,9% em relação a população total brasileira) de 2 anos ou mais de idade tem deficiência no Brasil, no ano de 2022.

Sobre esse percentual, 3,1% têm dificuldade para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato. Neste momento, torna-se oportuno destacar que o entendimento acerca de pessoa com deficiência para a Pesquisa (2023) é:

pessoa com DEFICIÊNCIA o morador de 2 anos ou mais de idade que respondeu ter muita dificuldade ou não conseguir de modo algum realizar as atividades perguntadas em ao menos um dos quesitos investigados, que envolvem dificuldades em domínios funcionais [...]

Os domínios funcionais listados são enxergar; ouvir; andar ou subir degraus; funcionamento dos membros superiores; cognição (dificuldade para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar); autocuidado; comunicação (dificuldade de compreender e ser compreendido). Posto isto, o gráfico abaixo mostra a taxa de analfabetismo de pessoas com deficiência:

Gráfico 1 – Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo a existência de deficiência – Brasil – 2022



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Observa-se que há grande disparidade entre o percentual de analfabetismo na comparação entre pessoa com e sem deficiência, sendo essa diferença de até 15%. Nesse sentido, ressalta-

se o questionamento de Varela (2007) sobre até que ponto pode-se considerar que uma pessoa alcançou de fato a cidadania e, nesse escopo, propõe-se a reflexão acerca desta contradição: por um lado, o indivíduo tem direito a ter capacidade eleitoral ativa (direito de votar) e passiva (direito de ser votado); por outro, esse mesmo indivíduo, sendo analfabeto, é privado da capacidade eleitoral passiva, visto que isso é vedado pela Constituição da República (1988) em seu artigo 14, parágrafo 4º, o qual expressa “São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos”.

Caso essa condição da ausência de instrução escolar tenha decorrido por falta de estrutura e de acompanhamento por parte do Poder Público, priva-se um cidadão do exercício de seu pleno direito eleitoral. Observa-se, ao lado da cidadania, a existência de uma cidadania ausente. Desse modo, é de suma importância que não apenas o Estado, mas também os próprios indivíduos empreendam ações no sentido de tornar a cidadania realidade para todos que compõem a sociedade, pois os direitos e os deveres dos cidadãos estão interligados e são fundamentais para o desenvolvimento do país.

O bibliotecário pode mediar o debate sobre os direitos políticos; o professor pode explicar a importância do processo eleitoral para o país; as mídias sociais podem auxiliar na conscientização da participação ativa de todos nas eleições. A construção do conceito de cidadania acontece, então, de forma heterogênea, variando de acordo com o local e o contexto histórico. A cidadania é um processo que está em constante construção. Processo no qual torna-se fundamental a participação ativa dos indivíduos para que o saber e o poder alcancem a todos, gerando um debate em que as críticas darão origem a novas formas de pensar.

É imprescindível a ciência de que, ao invisibilizar determinados indivíduos por suas características e inviabilizar o acesso aos direitos básicos, o Estado e a sociedade cometem atos de violência contra aqueles indivíduos que desejam tornar-se legítimos cidadãos e contra aqueles que sequer tem a noção de seus direitos. Nesse sentido, tem-se claro a relevância do acesso à informação como um dos pilares de sustentação da cidadania, uma vez que a informação está relacionada ao conhecimento que, por sua vez, associa-se a poder. As formas de poder são elaboradas tendo em vista os objetivos que os indivíduos pretendem alcançar.

Por isso, refletir sobre quem está no poder, quem detém informação e conhecimento, quem tem o poder de incluir e quem tem o poder de excluir, torna-se mecanismo indispensável para a vivência em uma sociedade pautada pela democracia e pela busca da cidadania para todos. O dever de informar e o direito de ser informado estão interligados e não podem ser separados do entendimento do que é ser cidadão porque eles envolvem a participação social, a democracia, a comunicação que atinja a todos os indivíduos, a construção do senso crítico, responsabilidade social.

Destaca-se, nesse contexto, a promulgação da Lei nº 13.146 de 2015, a qual instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tem como pauta a promoção da igualdade, a fruição de direitos e liberdades fundamentais e a necessidade de inclusão social. O Estatuto expressa que o PcD tem direito à igualdade de oportunidades e determina a proibição de discriminação, que se caracteriza em qualquer ação que prejudique, impeça ou anule o exercício de direitos.

A biblioteca, por ser um lugar destinado a vivências e práticas educacionais e culturais, torna-se um ambiente primordial para o exercício desses direitos, que permeiam toda a existência das pessoas e constituem as bases para o fortalecimento da individualidade, da percepção de si próprio como elemento fundamental da sociedade e do elo das relações sociais. Para tanto, é preciso que ela tenha acessibilidade, ou seja, “[...] [o] direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (art. 53, Estatuto, 2015).

Visando a efetiva acessibilidade e inclusão, o artigo 68 dispõe que

§ 1º Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis. (Estatuto, 2015)

Observa-se, assim, que o Estatuto tem o intuito de garantir que todas as esferas do Governo contemplem mecanismos que possibilitem a todos o acesso integral a informação, o direito ao conhecimento, o direito ao pertencimento a locais públicos e privados, o zelo com a coisa pública.

Visualiza-se, ainda, determinações concernentes aos direitos políticos, à justiça, à saúde, ao transporte, sendo expresso, em seu artigo 84, que “A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas”. Torna-se oportuno mencionar que a legislação prevê a criação do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão), administrado pelo Poder Executivo federal, o qual tem como finalidade coletar, organizar e tratar informações acerca de PcD que auxiliem a formulação de ferramentas possíveis de identificar e caracterizar os indivíduos, social e economicamente, e a supressão de barreiras.

Conjugando a legislação com os dados disponibilizados pelo IBGE e pelo Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência, tem-se indícios de como as políticas públicas devem ser regidas a fim de proporcionar que todos os cidadãos exercitem, de fato, a sua cidadania.

Em uma sociedade pautada nos dizeres democráticos e na garantia de que todos os

cidadãos possuam meios para a realização de seus plenos direitos no meio em que vivem, a garantia de acesso à informação de forma livre e ilimitada, assim como o acesso a cultura, lazer e educação está diretamente relacionado a existência de bibliotecas públicas.

Aos permitir que diversas informações sejam encontradas no mesmo espaço, aliadas aos serviços voltados para a comunidade que está inserida, como palestras, oficinas e minicursos, a biblioteca pública se torna um centro de geração de conhecimento, levando a inclusão social e a prática da cidadania. (FREITAS E SILVA, 2014).

Sendo um organismo em constante crescimento, a biblioteca pública adapta-se não apenas aos meios de comunicação, acompanhando as inovações tecnológicas relacionadas a disseminação da informação, mas também as buscas feitas por seus usuários, enriquecendo cada vez mais seu acervo e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Nesse sentido, atenta-se para a Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas (IFLA), por meio do Manifesto da Biblioteca Pública, criado em 1949 em parceria com a UNESCO e atualizado ao longo das décadas, com sua versão mais recente sendo lançada em 2022. Salienta-se, então, que a IFLA sublinha o papel da biblioteca pública e sua missão relacionada à meios como informação, alfabetização, educação, inclusão. Aspectos como o fornecimento de uma ampla informação sem censura, o aprendizado contínuo e acesso ao conhecimento de forma igualitária que ressaltam o papel democrático da biblioteca pública na manutenção da sociedade.

### **3 REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE ACESSIBILIDADE**

A biblioteca pública possui seu caráter baseado na disponibilidade de informações e na independência dos usuários para acessá-las da maneira desejada, dispondo de recursos que devem superar as barreiras arquitetônicas, aprimorar os serviços ofertados, ampliar o acervo e capacitar os profissionais que ali trabalham, todos sob a supervisão do bibliotecário gestor para melhor atender todo tipo de usuário que frequentar o espaço. Estas nuances se tornam necessárias devido ao seu papel social como agente democrático dentro da sociedade bem como as diretrizes legais que embasam a sua atuação.

Uma biblioteca deve estar adequada para além dos recursos físicos ao adaptar a construção original, ou inaugurar um espaço novo, para cumprir regulamentos e medidas declaradas pelo Estado. A inclusão e acessibilidade se fazem presente quando “atendem a todos de acordo com sua demanda e respeitando singularidades de cada indivíduo” (SANTOS, M., DINIZ, C., & SÁ, N., 2014, p. 7).

Nesse sentido, a inclusão de ferramentas eficazes e que possam ajudar na conquista dessa independência e no aumento da confiança do usuário é resultado de um trabalho em conjunto entre bibliotecários e os demais agentes sociais que trabalham para a democratização da sociedade. Profissionais de outras qualificações, a exemplo de professores, terapeutas ocupacionais, engenheiros, fisioterapeutas, demonstram como a biblioteca, uma instituição em constante processo de evolução e adaptação, possui caráter versátil perante a comunidade em que está inserida. Oliveira e Silva (2016) salientam o gestor bibliotecário, como responsável pela unidade de informação, sendo o conhecedor das nuances e individualidades dos usuários que frequentam o espaço, possui experiência para orientar e melhor organizar um acervo e o local que preencham as necessidades informacionais daqueles que frequentam a biblioteca.

Estar ciente não apenas das demandas dos usuários, mas também de atualizações e modificações em estudos acerca da acessibilidade, a exemplo de criações de novas leis e oferta de cursos para profissionais por meio da educação continuada para unir os aprendizados do meio acadêmico com a realidade vivenciada no meio de trabalho, permite que o bibliotecário gestor tenha uma liderança que ofereça ferramentas e soluções para a acessibilidade e inclusão, garantindo, dessa forma, o direito à cidadania para seus usuários.

#### **4 CAMINHO METODOLÓGICO**

Antes de apresentarmos a Biblioteca Pública do Estado do Ceará (BECE) e o setor de Setor de Leitura Acessível, faz-se necessário dizer sobre os caminhos metodológicos para relacionar as leis de acessibilidade e o setor.

Para atender aos objetivos da pesquisa em sua natureza qualitativa, optou-se por realçar da literatura sobre acessibilidade e suas leis o que pôde ser visto na composição espacial, do acervo e dos serviços prestados pelo setor.

Com base numa pesquisa bibliográfica sobre as leis e as teorias sobre acessibilidade, com o objetivo de selecionar e analisar as bases teóricas e legais desse fenômeno nas bibliotecas, partiu-se de uma pesquisa do tipo exploratória, que, segundo Gil (1991), trata-se de fornecer informações que permitam maior familiaridade com o assunto a ser pesquisado, com o objetivo de construir conceitos, hipóteses e torna-lo mais evidente por meio de levantamentos bibliográficos, entrevistas com pessoas que tiveram maior contato com o objeto pesquisado e, por fim, análise de exemplos para melhor compreensão.

Assim, a análise do setor se deu por observação direta através de duas visitas guiadas, tendo o bibliotecário Igor Girão, responsável pelo setor, como guia. A partir da própria sugestão dele, acolhida pelo meu orientador, optou-se por anotar as principais informações dele sobre o

espaço e suas funções; o acervo e suas especificidades; os serviços, suas funções e seus limites. Para outras informações, usamos o documento da própria BECE sobre o setor, indagando ao bibliotecário sobre o que funcionava ou precisava de melhorias. As respostas serão apresentadas na seção seguinte.

## **5 BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ**

A Biblioteca Pública do Estado do Ceará é um equipamento cultural da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT) em parceria com o Instituto Dragão do Mar (IDM) – uma Organização Social sem fins lucrativos. Ela é um espaço cultural e de conhecimento, proporcionando aos seus frequentadores o acesso a livros, informações, arte, cultura, espaços de convivência, eventos culturais.

Vale ressaltar que sua previsão está expressa na Constituição Estadual (1989), em seu artigo 231: “§9º O Estado, em conjunto com os municípios e com a participação da comunidade, implantará o sistema estadual de bibliotecas públicas, tendo como unidade central a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel”.

A Biblioteca Pública permite o contato com diferentes necessidades informacionais por parte dos usuários. A Instituição abraça atividades culturais dentro e fora de seu espaço físico, permitindo a visualização do fazer bibliotecário para além das práticas acadêmicas, demonstrando a capacidade do profissional em se adaptar a diferentes situações do cotidiano.

A acessibilidade e a inclusão social fazem parte dos valores da BECE assim como a diversidade, o respeito a memória e a inovação. Seus objetivos são compostos pela democratização do acesso ao conhecimento e à literatura, o estímulo à leitura e à formação de leitores, assim como a valorização da arte e da comunicação. Também estão inclusos o desenvolvimento de experiências de inovação, cidadania cultural e estudos contemporâneos de processos artísticos, científicos, construtivos, inventivos, culturais e ambientais, e, por fim, em reafirmar a Biblioteca como um espaço de encontro, trocas, produções e circulação cultural.

Ranganathan determina como primeira lei da biblioteconomia que “os livros são para usar”, o que pode relacionar-se com o espaço físico da biblioteca e sua organização de forma que o armazenamento das coleções e informações contidas nos documentos presentes no catálogo estejam acessíveis para seus usuários. Seguindo esse conceito, a BECE é composta por 12 setores especializados em diferentes literaturas, mas que interrelacionam-se para compor um ambiente completo para aqueles que frequentam seu espaço.

Cada espaço especializado que compõem a Biblioteca atua de forma conjunta para o bom funcionamento da Instituição, permitindo a comunicação entre os funcionários,

construindo um ambiente completo para seus usuários.

### **5.1 Setor de Leitura Acessível da BECE**

Cumprе salientar, neste momento, que este e os próximos tópicos deste artigo foram escritos tendo como base, também, no diálogo com o responsável pelo Setor de Leitura Acessível desde 2020, o sr. Igor Girão. Ocorreram 2 conversas, a primeira no dia 27/04/2025 e a segunda em 06/05/2025, ambas nas dependências do Setor. O diálogo aconteceu de forma fluída, tendo como ponto de partida a visita guiada ao Setor e, posteriormente, o esclarecimento de dúvidas sobre acervo e acessibilidade.

Posto isto, sublinha-se que a Biblioteca Pública do Estado do Ceará, desde 1979, destinava mecanismos para receber o público PcD com o Setor Braille. No entanto, foi após a reforma e a modernização de sua estrutura, cuja reinauguração aconteceu em agosto de 2021, que foi inaugurado o Setor de Leitura Acessível. Desse modo, foi possível alocar um espaço específico na biblioteca para reunir, organizar e dispor as mais de 5 mil partes de livros que a Biblioteca Estadual tem em seu acervo voltado para os usuários PcD.

Torna-se oportuno ressaltar que a BECE tem o Selo Biblioteca Acessível, concedido pela Rede de Bibliotecas Inclusivas, a qual é um projeto empreendido pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB). A obtenção do Selo ocorreu via solicitação da Biblioteca, que precisou participar de uma reunião na qual foram fornecidas orientações sobre como torná-la acessível à usuários PcD e verificar a existência, em suas instalações e quadro de funcionários, de requisitos de acessibilidade. A partir disso, o prazo entre as adaptações e a entrega do Selo é de 1 ano, sendo necessária, para a sua permanência com a BECE, a manutenção anual.

Consoante a Rede de Bibliotecas Inclusivas, a BECE oferta os seguintes serviços às pessoas com deficiência: cursos e formações internas voltados à acessibilidade para todos os funcionários periodicamente; programação mensal para o público externo voltados à acessibilidade; atividades e cursos com intérpretes de libras. Em relação ao perfil do público com maior registro de frequência à Biblioteca, a Rede aponta as pessoas com deficiência visual.

Destaca-se que o Setor de Leitura Acessível conta com tecnologias assistivas que visam a promoção da autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social do PcD (Estatuto, art. 3º, III, 2015). Observa-se em sua estrutura a presença de piso tátil indicando rotas para guiar caminhos, a redução do número de obstáculos, a permanência da disposição dos móveis e acessórios nos locais usualmente já conhecidos pelos usuários, a existência de letreiros e informativos com orientação em braile.

Abrigando o maior acervo braile do Estado do Ceará, o setor Leitura Acessível consta com livros em braile e em braile com fonte ampliada, além de computadores com leitores de texto, teclado com fonte ampliada e teclado em braile, visando atender os usuários deficientes visuais ou com baixa visão, demonstrando que o acesso à informação está disponível para todos, não estando restrito a livros em tinta. O acervo também é composto por audiolivros e o espaço consta com equipamentos e mobiliários acessíveis, como máquinas de escrever, reglete manual, scanner de conversão de texto em áudio, lupas, impressora de texto em braile e máquina de escrever em braile. As figuras abaixo mostram exemplos de tecnologias assistivas:

Figuras 1, 2 e 3 – Tecnologia assistiva



Fonte: registro feito pela autora (2023).

A figura 1 (lado esquerdo da página) apresenta o reglete braile com a punção e a figura 2 (lado direito da página), a impressora de texto em braile. Já a figura 3 (centralizada logo abaixo das figuras 1 e 2) expõe uma máquina de escrever em braile.

Em relação ao Setor de Leitura Acessível, convém visualizar as figuras abaixo dispostas:

Figura 4 e 5 - Setor Leitura Acessível.

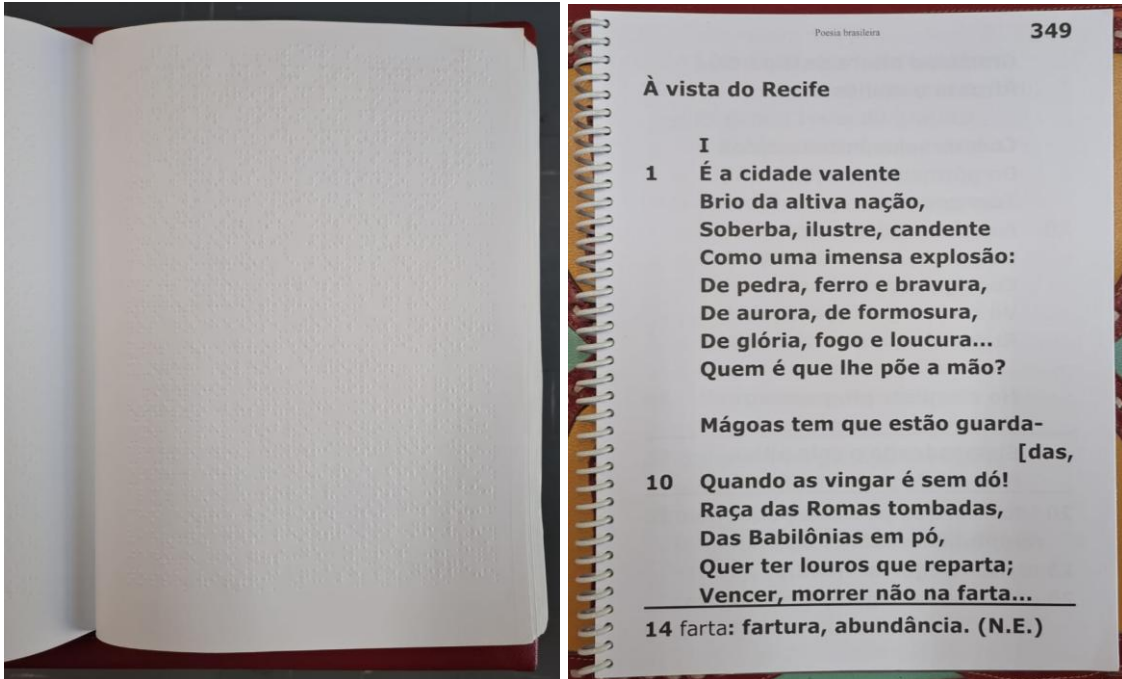


Fonte: registro feito pela autora (2023).

Na figura 4 (lado esquerdo da página) observa-se a disposição de 2 estantes brancas compridas em altura mediana, contendo 4 prateleiras cada, e uma estante cinza acoplada à parede contendo 7 prateleiras. Convém destacar que, em diálogo com o responsável pelo Setor, foi explicado que, por vezes, 1 unidade de livro com escrita em tinta corresponde a 4 ou mais unidades referentes a mesma obra escrita em braile, por conta da gramatura do papel e porque, geralmente, 1 página em tinta equivale de 3 a 5 páginas em braile.

Essa especificidade interfere no empréstimo de livros, pois, enquanto 1 livro em tinta é alugado por unidade, 1 livro em braile pode ser alugado em partes, ou seja, o usuário poderá ter acesso a, por exemplo, 5 partes do livro *Amanhecer* por aluguel – realça-se, a título de curiosidade, que esse livro da Saga Crepúsculo tem em torno de 25 partes, ou seja, é o maior livro do Setor, considerando a especificidade mencionada anteriormente. As figuras abaixo mostram exemplos de 1 livro escrito em braile e 1 livro com fonte ampliada:

Figuras 6 e 7 – Exemplo de livros



Fonte: registro feito pela autora (2023).

A figura 6 (lado esquerdo da página), mostra uma página do livro escrito em braile intitulado *As cidades e as serras*, do autor Eça de Queiroz. Já a figura 7 (lado direito da página), expõe o livro em fonte ampliada intitulado *Poesia brasileira*. Torna-se oportuno mencionar que a BECE tem parceria com a Fundação Dorina Nowill para Cegos e com o Instituto Benjamin Constant, os quais doam livros em braile para a Biblioteca. Os dois livros apresentados nas figuras 3 e 4 são frutos de doação da Fundação Dorina Nowill.

Prosseguindo com a visualização da figura 4, nota-se que, ao fundo da imagem, há 3 salas, sendo 2 direcionadas para PcD e 1 para os funcionários. Na primeira sala, cuja janela compõe a fachada da BECE, tem-se 1 mesa retangular com espaço para 2 pessoas, 1 armário com prateleiras sem porta, ar condicionado. Já na segunda sala, tem-se 1 mesa retangular com espaço para 1 pessoa, 1 computador, 1 impressora em braile, ar condicionado, 1 armário com portas.

No centro de ambas as imagens se percebe a existência de uma mesa redonda com espaço para 6 pessoas, a qual está situada no meio do Setor, próximo a entrada e ao local onde o responsável pelo Setor fica. Por seu turno, a figura 5 apresenta prateleiras acopladas à parede, na qual estão dispostos livros, máquinas de escrever em braile, 1 computador para uso exclusivo de funcionário, e os 2 retângulos alaranjados ao fundo correspondem a 2 elevadores para a comunicação entre os setores no que diz respeito a movimentação de livros.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O setor de Leitura Acessível da BECE conjuga-se com os preceitos da Constituição do Ceará (1989) ao ter sido projetada para ser um local de aprendizado, socialização, discussão, desenvolvimento de autonomia e raciocínio, e para propor a leitura das entrelinhas dos discursos que permeiam a sociedade sobre a inclusão social. Em seu artigo 229, a Constituição enfatiza:

§1º Nas bibliotecas públicas será proposta a criação de um centro de informações de assuntos sobre a problemática social das deficiências, como estímulo à pesquisa, à ciência e às políticas transformadoras.

§2º As bibliotecas devem adquirir acervos de livros com escrita braile, como estímulo à formação cultural dos deficientes visuais.

Percebe-se, desse modo, que há direcionamento na legislação para que ocorra a compreensão de que o direito ao conhecimento é de todos e para que se tenha ciência que o espaço público é lugar de referência para auxiliar em processos de inclusão social, de incentivo à permanência em escolas, ao ingresso na universidade, à participação no mercado de trabalho. Esse entendimento constitucional está de acordo com os objetivos fundamentais determinados pela Constituição Federal (1988), os quais englobam a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a redução de desigualdades regionais; e a não propagação de quaisquer formas de preconceito.

Diante do exposto acerca do Setor Leitura Acessível, percebe-se o empenho da BECE em oferecer mecanismos e meios para a autonomia e o conforto do usuário PcD, em conformidade com a lei e com as pautas sociais em defesa da dignidade humana. No entanto, torna-se necessário atentar para o fato de que ainda existem barreiras que dificultam o pleno exercício dos direitos de acessibilidade.

De acordo com Oliveira (2016), o espaço da biblioteca é composto de informações dispostas desde a arquitetura, a iluminação, os móveis até a linguagem informacional e a atuação de mediadores. Em suma, tudo o que compõe a biblioteca proporciona impactos no usuário, aproximando-o ou distanciando-o.

Posto isso, em comparação aos serviços ofertados, ainda persistem quesitos que precisam ser notados e incrementados, seja a partir da adaptação seja a partir da renovação. Cita-se como exemplo, dentro da BECE, o pequeno espaço reservado para a locomoção de cadeiras de roda nas 2 salas destinadas ao uso pelo PcD. Além disso, o número diminuto de intérpretes de libras torna complexa a participação de pessoas surdas ou de pessoas com deficiência auditiva em mais de uma atividade proposta pela Biblioteca; o banheiro não tem sinalização interna; o armário, situado ao lado do Setor, não tem escrita em braile; a porta de

vidro que dá acesso ao Setor é pesada para abrir e fechar.

Esses aspectos são essenciais visto que o espaço físico também afeta o relacionamento dos indivíduos com a biblioteca, as suas características possuem influência na opinião final do usuário. Se ela não oferecer meios e acomodações para que um usuário PcD possa se locomover com facilidade e conforto, o contato com o bibliotecário bem como a experiência na biblioteca será prejudicado, pois o acesso limitado interfere na frequência do usuário e na eficiência dos serviços ofertados. Nesse contexto, salienta-se a necessidade de transpor barreiras que possam prejudicar o desempenho das atividades do PcD dentro e fora do ambiente bibliotecário.

A fim de que as barreiras sejam transpassadas, torna-se fundamental, além da conscientização dos usuários e dos funcionários da Biblioteca sobre a democratização do acesso à informação, o fortalecimento das ações do Instituto Dragão do Mar direcionadas para a inclusão social e a acessibilidade, uma vez que o IDM tem como um de seus valores a diversidade, o que abrange a promoção da inclusão, equidade e pluralidade.

Observa-se, então, que, para tornar a biblioteca pública um espaço de cidadania, é necessário a atuação simultânea, recíproca e voltada para as mesmas finalidades de acessibilidade, da prefeitura da cidade, da equipe gestora do equipamento cultural, dos bibliotecários e funcionários e dos usuários. Nessa linha de raciocínio, a BECE constrói a mensagem, em conjunto com a sociedade, de que é possível viver em um mundo em que a diversidade é respeitada, a inclusão é uma realidade e o acesso à informação é garantido para todos, sem exceção.

## **7 CONCLUSÃO**

Tendo em vista as reflexões fomentadas ao longo deste artigo, atenta-se para o fato de que a biblioteca não é uma organização isolada, ela está inserida em um contexto social, o qual é conduzido conforme as políticas públicas escolhidas pelo prefeito eleito. Desse modo, o entendimento que a equipe governamental tem acerca da relação entre acessibilidade e biblioteca impacta diretamente na forma como ocorre essa integração.

Sob essa perspectiva, vale ressaltar que a FEBAB, por meio da Comissão Brasileira de Acessibilidade, realizou um levantamento acerca dos dados sobre bibliotecas que ofertam serviços e recursos acessíveis para PcD. Posto isso, indica-se a existência de 152 bibliotecas no Brasil que tem no mínimo 1 serviço/recurso para PcD, e, dentre elas, apenas 40 são públicas. Infere-se, portanto, que a reduzida representatividade de bibliotecas públicas acessíveis é um indicativo da necessidade de maior comprometimento dos gestores públicos na conscientização

sobre a importância das bibliotecas na construção e na vivência da cidadania.

Sublinha-se que a acessibilidade e o acesso à informação são pautas que devem transformar-se em compromisso essencial para a formulação de políticas públicas, as quais garantam a participação de todos os cidadãos nas vivências sociais e culturais propostas pela biblioteca. Torna-se indispensável, portanto, a implementação e a manutenção de medidas concretas que possibilitem ao usuário PcD a plena integração nesses espaços, assegurando que tenham acesso igualitário aos serviços oferecidos.

## REFERÊNCIAS

[Artigo] **170 anos do Braille no Brasil e 45 anos no Ceará: a trajetória da leitura acessível na Bece. BECE - Biblioteca Pública Estadual do Ceará**, 8 abr. 2024. Disponível em: <<https://bece.cultura.ce.gov.br/artigo-170-anos-do-braille-no-brasil-e-45-anos-no-ceara-a-trajetoria-da-leitura-acessivel-na-bece/>>. Acesso em: 30 jul. 2024

BECE. <https://bece.cultura.ce.gov.br/>

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 1988. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

CONSTITUIÇÃO do Estado do Ceará, 1989. <https://www.al.ce.gov.br/paginas/constituicao-do-estado-do-ceara>

**DEPÓSITO LEGAL**. (n.d.). Fundação Biblioteca Nacional. Retrieved November 23, 2023, Disponível em : <<https://www.gov.br/bn/pt-br/aceso-a-informacao-2/acoes-e-programas/deposito-legal>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

SANTOS, M.; DINIZ, C.; SÁ, N. **A importância da acessibilidade nas bibliotecas públicas**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [S. l.], v. 10, 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/330>. Acesso em: 13 jun. 2025.

**ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

FREITAS, Marília Augusta de; SILVA, Vanessa Barbosa da. Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 123–146, 2014. DOI: [10.20396/rdbci.v12i1.1621](https://doi.org/10.20396/rdbci.v12i1.1621). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1621>. Acesso em: 17 nov. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MALHEIROS, Tania Milca; CUNHA, Murilo Bastos da. **As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiência visual**. Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf. Campinas, SP, vol. 16, n. 1, p 146-170, jan./abr. 2018.

OLIVEIRA, G. D. de; SILVA, E. F. da. **Bibliotecas e bibliotecários em busca da acessibilidade**. BiblioCanto, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 68–86, 2016. DOI: 10.21680/2447-7842.2015v1n1ID8332. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/8332>. Acesso em: 12 jun. 2025.

PEREIRA DE SOUSA, Maria Eliziana; TARGINO, Maria das Graças. **Cinco Leis da Biblioteconomia / Cinco Leis de Ranganathan: resistindo bravamente ao tempo**. Ciência da Informação em Revista, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 11–29, 2016. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/2334>>. Acesso em: 27 jul. 2024.

REDE de Bibliotecas Inclusivas. <https://redeacessivel.febab.org/>.

**SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTÉCAS PÚBLICAS.** ([s.d.]) Disponível em: <<http://snbp.cultura.gov.br/sobre/>>. Acesso em: 30 jul. 2024.

TARGINO, Maria das Graças. **Biblioteconomia, Informação e cidadania**. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, BH, v. 20, n. 2, p. 149-160, jul.-dez / 91.

VALERA, Aida. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e minha irmã, que tornaram possível minha caminhada pela universidade, a quem sempre pude recorrer em momentos difíceis e para comemorar as vitórias do cotidiano.

Ao meu orientador, pelas correções, palavras de sabedoria e paciência, ensinamentos e demais conselhos que me mantiveram focada em meu trabalho, permitindo que eu buscasse sempre o melhor em meu desenvolvimento profissional.

Ao Igor Girão, bibliotecário responsável pelo Setor de Leitura Acessível da Bece, por ter apresentado o setor com tanto carinho e cuidado desde meu estágio supervisionado, abraçando a ideia deste trabalho junto ao meu orientador, debatendo de forma brilhante acerca de um setor tão incrível.

A banca orientadora, que escutou meu trabalho com atenção, fornecendo não apenas palavras de incentivo, mas também correções, conselhos e confiança no meu trabalho.